148 O PASQUIM

Enquanto os liberais estavam no poder, representavam bem a direita do partido, desinteressada de solução profunda e particularmente de solução de força, em posição contemporizadora. Era com isso que não concordava Borges da Fonseca. Em O Nazareno, a 23 de junho de 1848, prevenia: "Não se iluda o povo. Há espertalhões que, falando em nome da república, querem uma oligarquia, onde só governam os brancos, e daí vem a guerra que nos fazem. A liberdade deve ser conquistada para todos, porque todos descendemos de Adão, porque todos somos filhos de Deus. A república é para garantir os direitos de todos e portanto ninguém suponha que pode ser mais que outro - os direitos são iguais. Pernambucanos, não caiais nas redes desses realistas cobertos com o capote republicano". Era bem aquele que o policial Figueira de Melo acusava de "enfarinhado nas doutrinas inexequíveis de escritores demagógicos, desde Rousseau até Cabet, que tinha por oráculos; pertinaz sobremodo em sustentá-las pela imprensa e pela palavra entre as classes baixas da sociedade". Era bem aquele que, no Sete de Abril, decidiria em favor do povo: "Teve de eleger-se a Regência; a parte aristocrática queria Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Francisco Paula de Holanda Cavalcanti e Pedro de Araújo Lima; os chinelos apresentaram outros nomes. De mim dependia a vitória, decidi pelos chinelos". Mas era claro que a Praia, enquanto no poder, não tinha interesse algum em decidir pelos chinelos: em sua primeira fase, o Diário Novo reflete essa posição.

Estavam os pernambucanos lembrados ainda não apenas dos movimentos de 1817 e de 1824, implacavelmente esmagados, mas das tentativas reacionárias e saudosistas da setembrizada, da abrilada e da cabanada de Vicente de Paula um decênio antes. Muitos anos depois, O Liberal de

antes O Mensageiro Niteroiense (1835) e escreveu na Revista Médica Fluminense. Após a Maioridade, dedicou-se ao Compêndio de História do Brasil, editado em 1843, em dois volumes, muito criticado por Varnhagen, a quem Abreu e Lima respondeu bem. Retornou a Pernambuco, em meados de 1844, ligando-se à Praia e escrevendo no Diário Novo, impresso na tipografia de seu irmão Luís Inácio. Redigiu também, na época, A Barca de S. Pedro (1848). Sufocada a rebelião praieira, foi preso na fortaleza do Brum e depois enviado à ilha de Fernando de Noronha. Libertado, dedicou-se aos estudos históricos e escreveu O Socialismo, editado em 1855. Travou depois a polêmica com o cônego Pinto de Campos, a propósito das bíblias falsificadas. Faleceu do coração, a 8 de março de 1869, negando-se o bispo a sepultá-lo no cemitério católico, sendo por isso levado ao cemitério dos ingleses, caso que agitou a opinião pernambucana. Herói da libertação americana, Abreu e Lima tem sido propositadamente esquecido ou amesquinhado pela historiografia oficial. Seu outro irmão, João Roma, ferido mortalmente na cabeça, no combate do engenho Pau Amarelo. quando da rebelião praieira, capitão reformado da primeira linha, participante da Confederação do Equador, foragido também nos Estados Unidos, tendo regressado ao Brasil em 1828, e degredado para o Rio Negro, fora delegado de polícia, no governo liberal, vivendo na ilegalidade até o irrompimento da rebelião.